

# *PDS deve tomar posição contra a desvinculação*

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

O presidente do PDS, José Sarney, encaminhou, ontem, ao ministro Delfim Netto, do Planejamento, telex recebido do coordenador do Departamento Trabalhista do Partido, senador Carlos Chiarelli, pedindo que a direção partidária tome posição imediatamente contra a desvinculação do cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — das variações do custo de vida. O senador José Sarney disse que apóia a posição do senador Chiarelli, participa da preocupação em relação ao INPC e diz que a posição do partido será a que for traçada pelo Departamento Trabalhista.

José Sarney acentuou não ter informação alguma que comprove a veracidade da notícia sobre a desvinculação do INPC da variação do custo de vida. Também no gabinete do senador Carlos Chiarelli, que ontem viajou para o Rio Grande do Sul, não havia nenhuma resposta dos telex de protesto enviados pelo parlamentar ao ministro Murillo Macedo e ao senador José Sarney, além do já encaminhado ao ministro Delfim Netto.

Enquanto isso, o senador Jorge Bornhausen (PDS-SC) admitiu que a desindexação do INPC pode não ser a solução para a crise inflacionária do País, aconselhando o governo a

rever suas prioridades. Bornhausen reconheceu que o PDS não está tomando posição diante do assunto “porque não foi consultado sobre nada”. Uma solução para forçar a participação do PDS nas decisões econômicas do País, conforme o parlamentar, seria proibir o presidente da República de editar decretos-leis. Segundo ele, foi lamentável que o partido não houvesse aproveitado a aprovação da emenda constitucional que tratou das prerrogativas do Congresso para eliminar o decreto-lei.

Segundo ele, é inevitável a adoção de novas medidas de combate à inflação, “pois enquanto esse problema não for resolvido todos continuarão a sofrer”. Para ele, a moratória também seria outra alternativa para a crise econômica do País, mas desde que esgotadas todas as tentativas de reescalonamento da dívida externa.

Ao criticar a seleção de prioridades no País, lembrou que quando era governador de Santa Catarina criou um programa de alimentação popular que até hoje atende as populações pobres, custando menos do que um quilômetro de estrada asfaltada. Disse também ter sido obrigado a construir vias expressas em Florianópolis, quando não havia necessidade, para que os recursos não retornassem ao DNER, que não permite a aplicação das verbas em outras cidades que necessitavam dessas obras.